

Variação e funcionalidade no uso de pronomes de 2^a pessoa do singular no português carioca

Vera Lúcia Paredes Silva
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Abstract

Previous variationist analysis of subject pronoun expression in languages like Portuguese and Spanish provide arguments for the so-called *functional compensation* hypothesis: pronouns tend to be used whenever they are needed for the felicitous flow of communication. On the other hand, some researchers have shown the opposite effect of the *parallel processing principle*: marking tends to attract more marking, in a redundant way. This article discusses both hypotheses, applied to the use of the second person subject pronoun, bringing evidence from natural conversation in Portuguese as spoken in Rio de Janeiro. The data were collected in 1989/1990.

Na literatura variacionista recente, questões como a concordância (nominal e verbal) e a expressão do sujeito pronominal têm sido discutidas sob a perspectiva da funcionalidade das marcas lingüísticas. Quero referir-me principalmente a pesquisas sobre línguas como o espanhol e o português, que apresentam um sistema flexional rico e que podem marcar redundantemente o plural no SN ou SV. (Poplack, 1980, Hochberg, 1986, Naro, 1981, Scherre, 1988, Naro e Scherre, 1991, Paredes Silva, 1988, 1993 e Cameron 1992). Desse modo, a discussão fica centrada no fato de essas línguas, ao permitirem a omissão do pronome sujeito ou ao eliminarem algumas marcas de concordância dentro do SN ou do SV, respeitarem a um princípio de economia e assim tenderem a preservar as marcas necessárias, eliminando as redundantes; ou, pelo contrário, sob a influência de outros fatores, poderem levar à repetição das marcas justamente quando menos necessárias, isto é, redundantes. No primeiro caso a variação seria funcional, ao contrário do segundo.

Neste trabalho serão apresentados alguns resultados da análise da variação no uso de pronomes de segunda pessoa do singular na fala carioca. No caso, a variação envolve as formas alternantes *você*, *ce* e *zero*, tais como ocorrem nas gravações do Banco de Dados Interacionais (BDI) do projeto PEUL/UFRJ.¹

O tratamento quantitativo dos dados através do pacote estatístico VARBRUL aponta para a relevância de fatores de natureza funcional, mas ao mesmo tempo para o forte efeito exercido pelo paralelismo na escolha entre as variantes.

Este trabalho constará das seguintes partes:

1. A hipótese funcionalista em questão
2. A expressão variável da segunda pessoa em português
3. Resultados desta análise
4. Considerações finais.

1. A HIPÓTESE FUNCIONALISTA EM QUESTÃO

A hipótese funcionalista que se discute aqui se origina na “condição de distintividade” de Kiparsky (1972, apud Poplack, 1980), assim formulada: “há uma tendência para a informação semanticamente relevante ser mantida na estrutura superficial” (p.372). Ou seja, um segmento que seja necessário à transmissão eficiente da mensagem tenderá a não desaparecer.

Poplack discute a aplicação dessa hipótese à perda do (s) e do (n) finais no espanhol de Porto Rico. Sua análise demonstra que os dois processos sofrem motivações distintas. Isto é, a perda do (s) estaria integrada num processo de mudança fonológica que passaria pelo enfraquecimento e perda da consoante em alguns ambientes fonéticos. Por outro lado, a perda da nasal estaria mais correlacionada a motivações não-fonológicas, como a preservação da marca de plural nos verbos, cumprindo, assim, o papel funcional de reter uma informação que de outro modo poderia ser perdida.

Ao mesmo tempo, Poplack constata um efeito aparentemente contrafuncional, no apagamento de marcas justamente quando se mostram mais necessárias e na preservação das mesmas na presença de outras marcas precedentes. Constatação semelhante se encontra no trabalho de Scherre (1988), com relação às marcas de concordância no SN. Ali a autora propõe que haveria um “princípio de processamento paralelo” atuando nas línguas, de modo que o falante tenderia a repetir um tanto “mecanicamente” as últimas formas pronunciadas. Scherre confirma sua argumentação com fartos exemplos de fenômenos de diferentes ordens em que o princípio se mostrou atuante. Posteriormente, o efeito do paralelismo na concordância em português foi também verificado na concordância verbal e na do predicativo (Scherre & Naro, 1991).

No entanto, Poplack (1980), apesar de reconhecer certos efeitos contra-funcionais nos fenômenos que analisa, acaba por concluir que “a operação de fatores funcionais inibe a perda de informação justamente naqueles contextos nos quais resultaria uma provável ambigüidade” (p.383). Segundo a autora, para desfazer-se essa ambigüidade é possível lançar mão de informações que não se limitam ao SN ou ao verbo, mas estão no contexto maior, no discurso.

Na linha de Poplack e retomando a “condição de distintividade” de Kiparsky, Hochberg (1986) discute um ponto que nos interessa mais de perto: a relação entre o apagamento de /s/ na segunda pessoa do verbo e a presença de sujeitos pronominais no espanhol de Porto Rico. Sua hipótese é que, como o espanhol admite ausência do pronome sujeito, esta ausência tende a ser evitada se dela resultar uma expressão ambígua. Em outras palavras, espera-se um uso maior de pronomes explícitos com formas verbais ambíguas, para compensar essa ambigüidade, o que vem sendo tratado na literatura como uma *compensação funcional*. Tal hipótese se confirma nos resultados quanto às diferentes taxas de apagamento de sujeito associadas às diferentes pessoas gramaticais: é a segunda pessoa do singular (em que o /s/ cai) que exhibe percentagens mais altas de manutenção do pronome. Também se pode atribuir à compensação funcional o aumento dos pronomes em tempos verbais do espanhol que, como os do português, apresentam uma coincidência entre formas de 1.^a, 2.^a e 3.^a pessoa, como é o caso do imperfeito do indicativo, do condicional e dos tempos do subjuntivo.

Com relação ao mesmo fenômeno – expressão variável do sujeito pronominal – no português escrito, já havíamos discutido a hipótese funcionalista, tal como acima formulada, em Paredes Silva (1988 e 1993). Mais especificamente, quanto aos sujeitos de segunda pessoa, constatamos, num corpus de cartas pessoais, que eram os que mais se mantinham, com um percentual de 70% vs. 23% da 1.^a pessoa e 50% da terceira. Isso, naturalmente, pode ser atribuído ao caráter ambíguo das formas verbais associadas à segunda pessoa, num dialeto do português em que a referência ao ouvinte se faz

predominantemente através do pronome *você*, acompanhado do verbo na terceira pessoa. Mas não limitamos nossa análise à ambigüidade morfológica, já que essa seria constante entre 2.^a e 3.^a pessoa do singular. Examinamos se o contexto fornecia elementos capazes de esclarecer a referência específica do verbo ao destinatário da carta, mesmo se retirássemos o sujeito pronominal, e nesse caso consideramos a expressão não-ambígua. Ou, pelo contrário, se havia outros possíveis candidatos a desempenhar a função e nesse caso resultaria a ambigüidade.

A par dessa primeira formulação de uma hipótese funcionalista, nossa concepção de uso funcional do pronome também incorpora o princípio de iconicidade de Givón (1983,1990). Quando aplicado à escolha entre sintagmas plenos, pronomes fortes ou fracos e anáforas zero para codificação de um referente de terceira pessoa, o princípio (através do sub-princípio da quantidade) prevê que quanto mais predizível uma informação, menos codificação ela recebe. Ora, estendendo o princípio às demais pessoas gramaticais e considerando-se o gênero de discurso *cartas pessoais*, nossa expectativa recai sobre informações centradas no emissor; portanto, a primeira pessoa é a mais predizível, por isso, mais “apagável”. As referências à segunda pessoa (ao destinatário da carta, portanto) são bem menos numerosas e ocorrem em circunstâncias bem marcadas: predominam nas seções de contato e de despedida (cf. Paredes Silva, 1988), e tendem a não se prolongar, a não apresentar continuidade, exceto em cartas de conselho. Disso decorrem outras características, como predominarem em orações subordinadas, deixando as principais para os sujeitos de primeira pessoa. Desse modo, haveria outras motivações ainda de ordem funcional, num sentido mais amplo, para que o sujeito de segunda pessoa seja mais explicitado.

Ainda numa linha comunicativo-funcional, Barrenechea e Alonso (1987), ao comentarem o maior número de sujeitos pronominais de segunda pessoa no espanhol de Buenos Aires, também o atribuem a uma motivação comunicativa: o interesse do emissor em dar sinais da manutenção da relação falante-ouvinte acaba fazendo

que ele repita mais frequentemente o pronome de referência à segunda pessoa.

Cabe-nos, então, verificar como se comporta a segunda pessoa em dados de fala do português atual e em outro gênero de discurso, a interação espontânea.

2. A EXPRESSÃO VARIÁVEL DA SEGUNDA PESSOA EM PORTUGUÊS

O quadro de pronomes pessoais geralmente apresentado em nossas gramáticas está bem distante do que se pode observar nos diferentes dialetos do português. Inclui formas em desuso, como *vós*, ao mesmo tempo que deixa de mencionar outras como *você*: para as gramáticas, o pronome de 2.^a pessoa do singular é *tu*. No entanto, Said Ali em sua *Gramática Secundária* já observava que o pronome pessoal *tu* tinha “uma aplicação muito limitada” e que no Brasil vinha sendo “desbancado pelo termo *você*” (p.62). Essa tendência se acentuou na década de 30: de acordo com Duarte (1993), nessa época passa a prevalecer o que chama de segunda pessoa indireta (*você*), em detrimento da segunda pessoa direta (*tu*). Já Mattoso Câmara, em 1970, constata a substituição do pronome *tu* pelo *você* na área do Rio de Janeiro, embora também não se refira a este último como pronome. Para o autor, haveria no registro informal o tratamento de intimidade *você* e o tratamento *o senhor*, mais cerimonioso. Como se pode ver, a resistência em rotular *você* como pronome pessoal é uma constante entre os autores e provém, certamente, de sua origem na forma de tratamento *Vossa Mercê*, que, como se sabe, passou por estágios intermediários (*vosmecê*, *vossuncê*, *vancê*) até chegar à forma que utilizamos. Aliás, esse processo de redução parece ter continuidade no uso de *ocê* e *ce*,² sendo a primeira característica da fala mineira, onde compete com *ce* (cf. Ramos, 1997). Na fala carioca, este clítico concorre com *você*, podendo mesmo ultrapassá-lo em frequência, como veremos a seguir.³

Em estudo sobre os pronomes pessoais baseado em 15 inquéritos do projeto NURC, Ilari et alii (1996) afirmam que um quadro mais exato desses pronomes deve incluir *você* como

pronome de 2.^a pessoa, já que suplanta no Brasil a forma *tu*. Esta, para os autores, sobrevive apenas no sul (Porto Alegre).

Lembremos, porém, que as entrevistas do projeto NURC datam da década de 70. A análise de dados de fala na área do Rio de Janeiro tem permitido observar, ao lado do emprego de *você* ou *ce* (e da sua ausência eventual) para tratamento mais íntimo do interlocutor, o emprego do pronome *tu*, com verbo na terceira pessoa, num uso claramente distante do padrão.⁴ Com isso, captamos o seguinte quadro de realizações possíveis para a referência à 2.^a pessoa no português informal do Rio de Janeiro:

Você vai ao cinema?

Ce vai ao cinema?

Tu vai ao cinema?

(*O*) Vai ao cinema?

Embora o conjunto de variantes descrito acima seja o alvo de um projeto maior (cf. Nota (1)), neste trabalho me limito à discussão da variação entre a forma plena *você*, a reduzida *ce* e a omissão de pronome. O *corpus* examinado se constitui de gravações de diversas situações de fala espontânea, reunidas no Banco de Dados Interacionais (BDI), um dos *corpora* pertencentes ao acervo PEUL/UFRJ. As entrevistas do BDI foram realizadas em ambientes “onde as pessoas se reúnem e a atenção não esteja diretamente dirigida à linguagem, mas à atividade em curso” (BDI p.5), ou seja, o restaurante da universidade, o alojamento de estudantes, a sala de professores de uma escola, etc. Trata-se de interações orais das quais participam várias pessoas (às vezes quatro ou cinco ao mesmo tempo), onde a continuidade de tópico discursivo é muito baixa e a própria identificação do referente/sujeito se torna por vezes problemática, já que são frequentes as conversas paralelas. Além disso, como foram realizadas nos ambientes já mencionados, onde outros grupos de pessoas também interagem, há por vezes ruídos que dificultam a audição. A maioria das gravações foi realizada com o conhecimento dos participantes, o que pode ter interferido na forma de tratamento do interlocutor.

Foram utilizadas seis entrevistas do BDI, com duração média de 25 minutos, optando-se por aquelas em que os participantes tinham já algum conhecimento prévio entre si. Deixou-se de lado, por exemplo, uma gravação realizada numa fila de banco pelo caráter ocasional da relação entre os participantes, que, na nossa perspectiva, já teria sido um fator inibidor da ocorrência do tratamento mais informal. Essas gravações foram realizadas no 2.º semestre de 1989/1.º semestre de 1990.⁵

Como era nosso intuito captar a distinção entre *você* e *ce*, todas as transcrições foram confrontadas com nova audição das fitas. Em caso de dúvida, desprezou-se a ocorrência. Não foram incluídas no estudo da variação as formas verbais de imperativo, já que apresentam omissão do sujeito de uma maneira quase categórica e merecem estudo à parte. Foram também excluídas as formas nominais do verbo, tendo-se em conta que, na ausência do sujeito, o infinitivo pessoal pode confundir-se com o impessoal. Além disso, os cálculos aqui apresentados dizem respeito somente à segunda pessoa de referência específica: os usos genéricos também foram excluídos. Com isso, restou-nos a seguinte distribuição das variantes na amostra:

<i>você</i>	5/236	32%
<i>ce</i>	89/236	38%
zero	72/236	30%
Total	236	100%

Como se vê, há um certo equilíbrio na distribuição das variantes, com ligeira vantagem para a forma *ce*. Por outro lado, se somarmos os percentuais de *você* e *ce* – sujeitos explícitos – obteremos coincidentemente os mesmos 70% de pronomes encontrados na escrita informal de cartas, o que indica certa regularidade na frequência da segunda pessoa explícita.

3. RESULTADOS DESTA ANÁLISE

Considerando-se que está em jogo uma variável ternária, optou-se por aplicar o programa VARBRUL (versão Pintzuk 1988) em rodadas em que, de cada vez, uma variante foi tomada como aplicação da regra, opondo-se às demais. Assim foi possível obter a seleção dos grupos de fatores estatisticamente relevantes, e inclusive, estabelecer comparações entre esses resultados e os de outras análises envolvendo o uso/não-uso de pronomes em português. Diversos condicionamentos (de natureza morfofonológica, semântica, sintática, etc.) foram testados ao longo da análise, mas neste momento vou concentrar-me naqueles significativos para a discussão em pauta, ou seja, os que confirmam ou não as hipóteses funcionalistas apresentadas acima.

AMBIGÜIDADE

Quando se trata de opor presença/ausência de pronome sujeito, a questão da ambigüidade é logo lembrada. Afinal, já as gramáticas tradicionais nos ensinam que uma das principais razões para manter o pronome explícito em português é a clareza, ou melhor, é quando sua presença permite desfazer uma ambigüidade potencial. Essa é, de certo, uma motivação de ordem funcional: a necessidade de manter uma informação cuja ausência poderia resultar em falha de comunicação.

Como já foi dito, é constante a ambigüidade morfológica entre segunda e terceira pessoa no português carioca que descrevemos – ambas lançam mão das mesmas formas verbais. Além disso, há a coincidência com algumas formas de 1.^a pessoa em determinados tempos verbais, como o imperfeito e os tempos do subjuntivo. Assim, considerando-se que há uma ambigüidade morfológica inerente à 2.^a pessoa, o tratamento da variável ambigüidade se restringe a seu aspecto contextual. Em outras palavras, examina-se o contexto de ocorrência da forma verbal referente à 2.^a pessoa para verificar se, na ausência do pronome explícito, haveria outro candidato potencial a sujeito da frase. Vejam-se os exemplos:

(1) (Mci) *Ce* tá entendendo alguma coisa que tá acontecendo no país? (1/150)

(2) (Mad) Quanto é que *ce* tira essa xerox? (5/728)

No primeiro caso, a omissão do pronome sublinhado não acarretaria prejuízo para a compreensão. Já no segundo, dela resultaria uma referência imprecisa, indeterminada, diferente da pergunta original, que era dirigida a um interlocutor específico. Casos como este último foram codificados como ambíguos.

A variável foi selecionada para as aplicações *zero* e *você*, com resultados bastante polarizados (vejam-se as Tabelas 1 e 2). Assim, confirma-se a tendência à omissão do pronome em casos que não resultem em ambigüidade. A presença de *você*, ao contrário, se fortalece em contextos potencialmente ambíguos.

Tabela 1 - Efeito da ambigüidade no uso de *você*

	Apl/T	%	Peso rel.
Ambíguo	24/48	50%	.67
Não-ambíguo	51/188	27%	.46

Tabela 2 - Efeito da ambigüidade no uso de *zero*

	Apl/T	%	Peso rel.
Ambíguo	7/48	15%	.29
Não-ambíguo	65/188	35%	.56

CARÁTER AFIRMATIVO OU INTERROGATIVO DO ENUNCIADO

Num corpus de interações espontâneas, é natural que haja grande contingente de sujeitos de 2.^a pessoa em orações interrogativas. Por essa razão, foram controlados os dois tipos principais de

perguntas: as perguntas sim/não e as perguntas qu-, em contraposição aos enunciados não-interrogativos, como se ilustra abaixo, respectivamente:

- (3) (Iva) Eudes, (O) me vende uma fatia de calabresa?
 (Ita) Iva *ce* tá numa pobreza tão dramática assim? (4/226-9)
- (4) (Iva) Por que *você* fez isso com o garoto, (O) obrigou ele a vir?
 (4/458-9)
- (5) (Iva) *Você* me iludiu uma vez só. *Você* não me ilude mais. Eu não acredito mais em *você*. (4/008-10)

Essa variável foi selecionada para *você* e para *zero*: *você* tende a ocorrer mais em orações assertivas; *zero* em perguntas do tipo sim/não e *ce* em perguntas qu- (embora não selecionado). Não surpreende que a ausência de sujeito pronominal predomine em orações interrogativas do tipo sim/não. Orações interrogativas (sem discriminação do tipo) já se haviam revelado fortemente propulsoras da ausência do sujeito pronominal de 2.^a pessoa em cartas pessoais (cf. Paredes Silva, 88). Elas colocam o destinatário/ouvinte como alvo específico das atenções e, embora não tenhamos examinado outros aspectos da interação, como os prosódicos, por exemplo, de certo apresentam, na fala, o concurso de uma entonação apropriada, que permita a fácil identificação do destinatário da pergunta. Além disso, a própria presença física do interlocutor permite o movimento do olhar ou a direção do corpo de quem pergunta, suprimindo informações obtidas de outros traços lingüísticos. Em síntese, a explicitação do sujeito será menos necessária: há outros traços que o tornam predizível ou identificável. Vejam-se as Tabelas 3 e 4.

Tabela 3 - Efeito do caráter do enunciado no uso de *você*

	Apl/T	%	Peso rel.
Afirmativo	38/82	46%	.69
Perg.sim/não	21/112	19%	.33
Perg. qu-	16/42	38%	.58

Tabela 4 - Efeito do caráter do enunciado no uso de zero

	Apl/T	%	Peso rel.
Afirmativo	15/82	18%	.33
Perg.sim/não	50/112	45%	.66
Perg. qu-	7/42	17%	.39

PARALELISMO

No espírito do “princípio do processamento paralelo” acima mencionado, procurou-se investigar o efeito que formas vizinhas podem exercer na escolha das variantes. Desse modo, foram distinguidas as formas isoladas, as iniciais de uma série (cf. primeira ocorrência de *você* no ex. 5), as seqüências num mesmo informante (segunda ocorrência em 5) e as ocorrências precedidas de uma menção na fala de outrem (o gatilho). Ainda foram codificadas as formas precedidas de outras diferentes, quer no mesmo informante/turno, quer em outro. Os exemplos desses três últimos casos podem ser vistos abaixo:

-gatilho:

(6) (Vin) *Ce* tem que me ajudar

(And) Pois é. Nunca muda. *Ce* sempre tem que estudar.

(3/458-9)

-precedida de outra forma no mesmo turno:

(7) (Gab) Não fique (*Ø*) assim não, *ce* não quer um chazinho?

(3/655)

-precedida de outra forma em outro turno:

(8) (Sol) Não, *ce* tá um pouco arretado, só isso.

(Gab) Não tô não. Eu tô assim bem leve

(And) Por que *você* diz isso? (3/621)

A variável foi selecionada para *ce* e para *zero*. É notável a constância do efeito de formas vizinhas, na própria fala ou como gatilho. Nas Tabelas 5 e 6 se pode ver com clareza como são mais altos os pesos relativos associados à 2.^a e 3.^a ocorrências de uma série (mesmo informante) e aos usos subseqüentes ao de outro informante (gatilho). Para a variante zero também vale observar que o valor associado à primeira ocorrência da série é dos mais baixos, o que aponta uma tendência a somente introduzir o zero após o uso de outra variante. Os resultados referentes ao paralelismo para a variante *você*, embora na direção esperada, não foram selecionados.

O fator paralelismo coloca em questão as escolhas que não parecem funcionalmente motivadas, mas sujeitas à influência de ocorrências vizinhas, conforme já mencionado em trabalhos de Poplack, Scherre e Naro. Neste caso, temos o maior uso do pronome justamente quando acabou de ser mencionado, o que é não só anti-econômico como antifuncional, já que ele seria desnecessário para o fluxo da comunicação. Com relação ao uso de zero, vemos que ele não se segue preferencialmente ao uso de um sujeito preenchido, mas a outro uso de zero.

Cabe ainda lembrar que esses fatos trazem mais elementos, em última instância, para a discussão (já levantada nos autores acima citados) de um postulado variacionista – o da independência dos fatores.

Tabela 5 - Efeito do paralelismo no uso de zero

	Apl/T	%	Peso rel.
Isolada	21/58	36%	.59
1. ^a da série	5/32	16%	.36
2. ^a /3. ^a da série	20/39	51%	.68
gatilho	8/22	36%	.60
outra, mesmo turno	15/58	26%	.46
outra, outro turno	3/27	11%	.23

Tabela 6 - Efeito do paralelismo no uso de *ce*

	Apl/T	%	Peso rel.
Isolada	16/58	28%	.39
1. ^a da série	16/32	50%	.62
2. ^a /3. ^a da série	21/31	68%	.77
gatilho	7/12	58%	.70
outra, mesmo turno	14/66	21%	.35
outra, outro turno	15/37	41%	.54

ESTRUTURA DO SV

Ao controlar os verbos associados à 2.^a pessoa, aventamos a hipótese de que a forma reduzida – *ce* – fosse escolhida pelo falante em contextos onde ele pretendesse atenuar o que dizia, ou seja, onde houvesse algum tipo de modalização, dada a ausência de acento tônico própria da forma, que torna o chamado ao interlocutor menos incisivo.

Este grupo de fatores, que distingue os sintagmas verbais constituídos de verbos únicos, daqueles com verbos acurativos e com verbos modais, foi selecionado para as variantes *você* e *ce* apenas. *Você*, a forma mais direta, aparece relacionada a verbos únicos. *Ce*, conforme o esperado, se correlaciona a verbos modais. Os usos de zero predominaram nos verbos acurativos, embora este grupo não tenha sido considerado relevante pelo programa para essa variante.

Minha interpretação nesse caso se traduz numa espécie de “concordância de escolhas”: a redução na forma de tratamento do ouvinte por um clítico se faz acompanhar de uma atenuação na forma verbal escolhida, da qual faz parte um verbo modal. Portanto, haveria um caráter icônico nessa escolha, também de natureza funcional. Vejamos um exemplo:

- (9) (Reg) *Ce tá com a matéria adiantada? Ce poderia me ceder a terça-feira pra dar uma prova em grupo pra eles? (5/199)*

Na Tabela 7 se pode constatar que, apesar da forte predominância de sintagmas constituídos de um único verbo, o emprego de *ce* associado aos modais fica bem destacado. Os pesos relativos associados ao uso de *você* com os diversos tipo de SV são menos polarizados, mas também confirmaram as hipóteses levantadas.

Tabela 7. Efeito da estrutura do SV no uso de *ce*

	Apl/T	%	Peso rel.
Verbo único	59/191	31%	.48
Aux. acurativo	16/45	36%	.43
Aux. modal	19/34	56%	.70

Tabela 8. Efeito da estrutura do SV no uso de *você*

	Apl/T	%	Peso rel.
Verbo único	67/191	35%	.58
Aux. acurativo	11/45	24%	.36
Aux. modal	15/34	15%	.25

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme se viu, do ponto de vista da funcionalidade, os resultados indicam duas direções distintas. Por um lado, grupos de fatores como a ambigüidade, o caráter do enunciado e a estrutura do SV apontam para o uso funcional dos pronomes de segunda pessoa *você* e *ce*. Eles são usados preferencialmente quando a ausência do sujeito pode interferir na comunicação, dificultando a identidade do referente. É o que se verifica nos contextos ambíguos. O mesmo raciocínio se aplica aos casos de orações interrogativas do tipo sim/não, em que se pode prescindir do pronome sujeito justamente porque sua identidade está garantida por outros traços do contexto. Também de ordem funcional é a tendência à escolha de *ce* com verbos modais, predizível em contextos mais atenuadores.

No entanto, não se pode ignorar a força de uma variável como o paralelismo, que apresentou resultados bastante consistentes para todas as variantes. Desse ponto de vista, a escolha de uma forma entre as concorrentes estaria simplesmente motivada pela presença, num contexto precedente, de forma idêntica, refletindo uma tendência da mente humana a associar formas semelhantes: o uso de uma forma “chamaria” sua repetição no próximo contexto. Esses resultados se contrapõem à funcionalidade dos acima citados.

Esse jogo de forças não deve, porém, deixar-nos surpresos. Afinal, como diz Haiman (1984), na gramática das línguas podemos encontrar motivações icônicas, mais transparentes, ao lado de formulações mais arbitrárias e opacas. A variação no uso dos pronomes de 2.^a pessoa no português carioca, ao correlacionar-se a fatores funcionais e antifuncionais, respectivamente, seria apenas mais uma instância dessa competição.

São os processos de variação estável que costumam ser menos transparentes, uma vez que a eles o falante já se habituou. Desse ponto de vista, considerando os registros, através da história da língua, da alternância presença/ausência de pronome, seria natural que estivesse “opaca”. Porém é fato que encontramos motivações de ordem funcional para o uso do pronome. Discutir o caráter estável ou não dessa variação não é tarefa simples e exigiria a apresentação de dados de uma pesquisa no tempo real,⁶ mas essa já é outra história. Focalizando apenas a segunda pessoa, de pronto, basta lembrar a substituição paulatina de *tu viste* por *você/ce viu e*, finalmente por *tu viu*, com todas as implicações na concordância verbal, para reconhecermos a funcionalidade do pronome em português.

NOTAS

*Agradeço as sugestões do parecerista anônimo da revista, ressaltando que as falhas remanescentes são de minha inteira responsabilidade.

¹ Este trabalho se inclui numa pesquisa maior sobre a expressão da segunda pessoa do singular no português carioca, com apoio do CNPq, em que colaboram como bolsistas de Iniciação Científica Carolina Giampietro e Gilda Moreira dos Santos.

² Por uma questão de coerência com sua classificação como clítico, não acentuamos a forma *ce*.

³ No que diz respeito à forma *ce*, não é nosso intuito discutir aqui suas propriedades sintáticas como clítico, como faz Ramos no referido artigo. Note-se, no entanto, que trabalhamos apenas com suas ocorrências como sujeito, em posição preferencialmente contígua ao verbo – traços que confirmam as variáveis testadas em Ramos 1997 para o tratamento de *ce* como clítico.

⁴ Podemos ver nessa escolha uma tendência a recuperar um pronome tônico, forte, para compensar a perda de corpo fônico que *você* vem sofrendo, o que em última instância está de acordo com o ciclo funcional (cf. Givón, 1995): à medida que a expressão da referência se torna mais esmaecida, retoma-se uma forma plena.

⁵ Um de nossos focos de interesse era, inclusive, o ressurgimento do pronome *tu* acompanhado de verbo na terceira pessoa, um uso não-padrão que se vem ouvindo cada vez mais no Rio. Supunha, inicialmente, que fosse encontrar nesse material um bom número de exemplares desse uso, mas curiosamente isso não aconteceu – foram encontrados menos de 10 casos. Por essa razão esses dados não entram no cálculo estatístico aqui apresentado. Outro *corpus*, com entrevistas gravadas em 1995/96, forneceu o material que esperávamos.

⁶ O estudo do percurso da variação de segunda pessoa na fala carioca está sendo realizado por nós através de peças teatrais, da segunda metade do século XIX até a década de noventa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRENECHEA, Ana M. & ALONSO, Alicia. Cuantificación del uso de los pronombres personales sujetos en español. *Atas do II Congresso Internacional da ALFAL*. S. Paulo, USP, 1987, p.153-72.

Banco de Dados Interacionais. Programa de Estudos sobre o Uso da Língua. Pós-Graduação, Faculdade de Letras. UFRJ/CNPq, 1996.

- CÂMARA JR., Joaquim M. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- CAMERON, Richard. *Pronominal and null subject variation in Spanish: constraints, dialects and functional compensation*. Ph.D. Dissertation in Linguistics. University of Pennsylvania, 1992.
- DUARTE, Maria Eugênia L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: I. ROBERTS & M.KATO (Orgs.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993 p.107-28
- GIVÓN, Talmy. Topic continuity in discourse: the functional domain of switch reference. In: J. HAIMAN & P.MUNRO (Eds.). *Switch reference and universal grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1983.
- _____. *Syntax. A functional-typological introduction*. V.2. Amsterdam: J.Benjamins, 1990.
- HAIMAN, John. Iconic and economic motivation. *Language*, 59(4):781-819, 1993.
- HOCHBERG, Judith. Functional compensation for /s/ deletion in Puerto Rican Spanish. *Language*, 62(3):606-21, 1986.
- ILARI, Rodolfo (Org.). *Gramática do Português falado*. V.VII.Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- NARO, Anthony J. Morphological constraints on subject deletion. In: G. SANKOFF & H. CEDERGREN (Eds.). *Variation Omnibus*. Canada, Linguistic Research Inc., 1981, p.351-8.
- PAREDES SILVA, Vera Lúcia. *Cartas cariocas*. A variação do sujeito na escrita informal. Tese de Doutorado. UFRJ, 1988.
- _____. Subject omission and functional compensation: evidence from written Brazilian Portuguese. *Language Variation and Change*, 5(1):35-49, Cambridge University Press, 1993.
- POPLACK, Shana. Deletion and desambiguation in Puerto Rican Spanish. *Language*, LSA, 56:371-85, 1980.
- RAMOS, Jânia. O uso das formas *você, ocê e cê* no dialeto mineiro. In: D. HORA (Org.). *Diversidade linguística no Brasil*. João Pessoa: Idéia Editora, 1997.
- SAID ALI, Manuel. *Gramática secundária da Língua Portuguesa*. S.Paulo: Melhoramentos, 1969.
- SCHERRE, Maria Marta P. *Reanálise da concordância nominal*. Tese de Doutorado. UFRJ, 1988.
- _____ & NARO, Anthony J. Marking in discourse: "Birds of a feather". *Language Variation and Change*, 3(1):23-32, 1993.